

MAPEAMENTO DOS TERRITÓRIOS E ÁREAS DE CONFLITO POR TERRA E ÁGUA NO ACAMPAMENTO JOSÉ MARIA DO TOMÉ NA CHAPADA DO APODI - LIMOEIRO DO NORTE (CE)

Naiara Barreto da Silva ¹

Profa. Dra. Maria Lucenir Jerônimo Chaves ²

Prof. Me. Claudio Antônio Vieira da Silva ³

Resumo

É importante ressaltar que a leitura e a compreensão do território ajuda aos sujeitos a melhor compreender o seu lugar de moradia, de produção e trabalho, de relações sociais. Por isso, o Território também se constitui a partir de vivências, de sociabilidades e afetividade criadas no lugar. Por outro lado, o Território também é um lugar de conflitos e luta no sentido de garantir a reprodução dos trabalhadores e de seu modo de vida. Essas duas perspectivas são refletidas no Acampamento José Maria do Tomé, localizado na Chapada do Apodi em Limoeiro do Norte (CE). O entendimento em torno do Acampamento, por meio da leitura do Território, é de fundamental importância para que as famílias compreendam o seu lugar de vida e também de luta e resistência para continuar tendo direito a terra e água na área do perímetro de Irrigado Jaguaribe-Apodi. Nesse contexto esse artigo resulta do desenvolvimento da atividade de extensão da FAFIDAM/UECE e vem apresentar uma experiência sobre a apropriação e conhecimento do Território do Acampamento.

Palavras-chave: Território, Conflitos, Resistência.

Introdução

O espaço agrário no Brasil e, em especial na região do Baixo Jaguaribe no Estado do Ceará, é caracterizado fundamentalmente por uma estrutura fundiária, na qual a distribuição de terras ocorreu de forma concentrada e privilegiando um pequeno grupo social, conhecidos como os proprietários de terra. A estrutura fundiária corresponde à distribuição das propriedades de acordo com o número e o espaço que essas propriedades ocupam no território

¹ Aluna do Curso de Geografia da FAFIDAM/UECE, Bolsista do Projeto de Extensão - Território, Conflitos Sócio-territoriais por Terra e Água no Acampamento Zé Maria do Tomé - Chapada do Apodi (CE). Membro do Grupo de Pesquisa e Articulação Campo, Terra e Território (NATERRA). E-mail: naiarabarreto03@gmail.com

² Universidade Estadual do Ceará (UECE) campi da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos (FAFIDAM) Campi da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Coordenadora do Projeto de Extensão - Território, Conflitos Sócio-territoriais por Terra e Água no Acampamento Zé Maria do Tomé - Chapada do Apodi (CE). Professora pesquisadora do Grupo de Pesquisa e Articulação Campo, Terra e Território (NATERRA). E-mail: luceniruece@yahoo.com.br

³ Universidade Estadual do Ceará (UECE) campi da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos (FAFIDAM) Campi da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Membro do Projeto de Extensão - Território, Conflitos Sócio-territoriais por Terra e Água no Acampamento Zé Maria do Tomé - Chapada do Apodi (CE). Professor pesquisador do Grupo de Pesquisa e Articulação Campo, Terra e Território (NATERRA). E-mail: claudioavsilva@hotmail.com

brasileiro. Dessa forma, há uma maior concentração de terra nas mãos de poucas pessoas em detrimento de muitas pessoas sem o acesso a mesma.

A concentração de terra desde o período colonial acarretou na formação dos grandes latifúndios, historicamente sendo favorecidos os proprietários desse meio de produção e a monocultura, contribuindo assim, na geração de sérios conflitos e desigualdades no campo.

Assim como a terra foi concentrada, o acesso à água, principalmente para a produção também esteve favorecida nas grandes propriedades. Atualmente, o conflito ocorre ao mesmo tempo pelo direito a terra e o acesso à água. Este é um recurso natural necessário à produção e a vida. A escassez da água provoca a vulnerabilidade do espaço rural, assim como as políticas públicas voltadas prioritariamente para os agentes hegemônicos que contribuem para surgimento de novos conflitos socioterritoriais pelo uso da terra e o acesso a água principalmente nas regiões semiáridas, como no caso da região do Baixo Jaguaribe, onde se desenvolve o agronegócio da fruticultura, na Chapada do Apodi, no Município de Limoeiro do Norte-CE.

No final da década de 1987, iniciou a implantação do Perímetro Irrigado Jaguaribe Apodi, na referida Chapada. Na década de 1990 começaram a chegar às empresas agrícolas trazendo muitas mudanças socioterritoriais, com a expulsão de famílias de pequenos produtores do campo, perdendo assim, o direito de produzir sua subsistência e rompendo a identidade do lugar, alterando o modo de vida do camponês.

Dante desse contexto, a área desse estudo localiza-se entre os municípios de Limoeiro do Norte e Quixeré na região do Baixo Jaguaribe/CE conforme a Figura 1, compreendendo precisamente o Acampamento José Maria do Tomé, na Chapada do Apodi, entre os Estados do Ceará e Rio Grande do Norte.

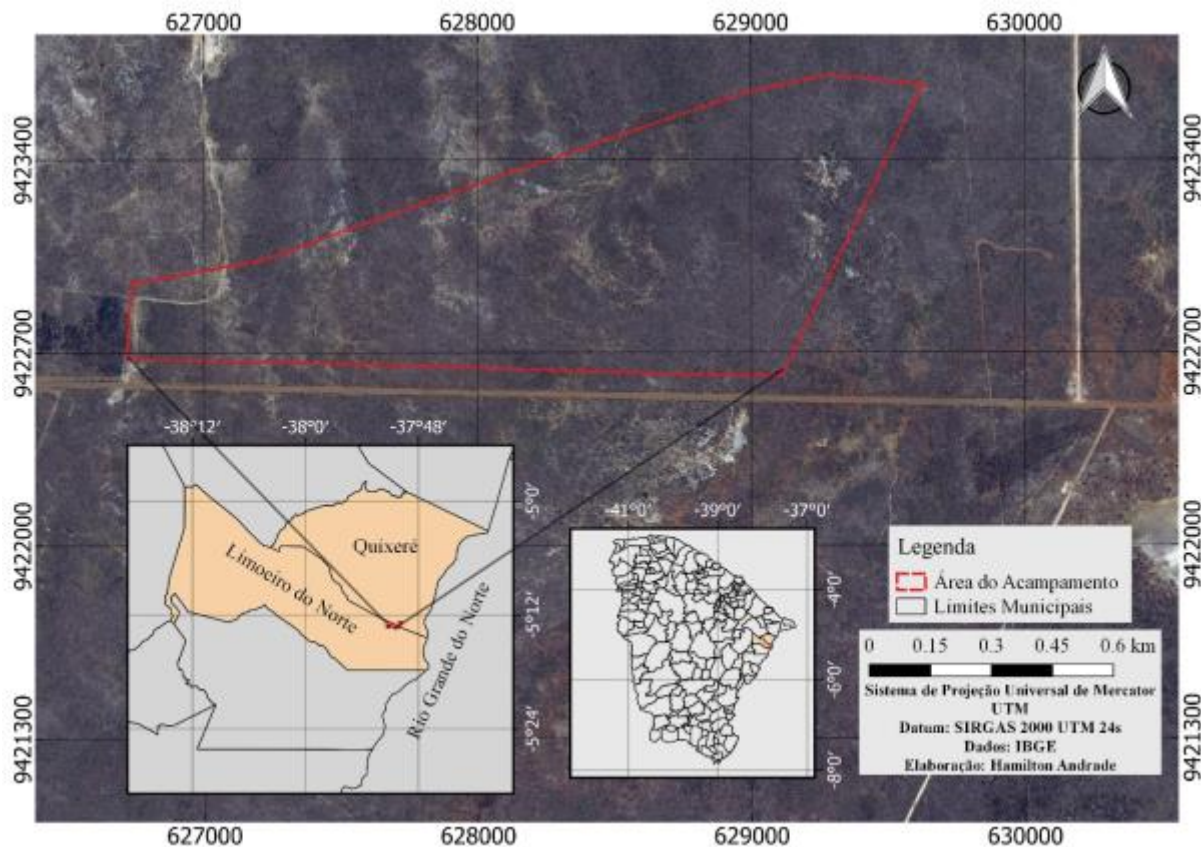


Figura 01: Mapa de Localização da área de estudo. Elaboração: Hamilton Andrade, 2017

Na parte cearense, a Chapada do Apodi compreende cerca de 2421,8 km², de acordo com COSTA (2009). Sendo uma área de relevo aparentemente uniforme, um vasto planalto que facilita a mecanização agrícola e conseqüentemente a expansão do agronegócio. Entre os solos destaca-se o cambissolo, solo rico em material mineral de textura argilosa. O clima dessa região é o tropical quente semiárido.

Na Chapada mencionada concentra os aquíferos Açú e Jandaíra³ que representam a segunda maior reserva de água subterrânea do estado do Ceará. As águas subterrâneas abastecem os múltiplos usos (humano, animal e agrícola) em épocas de estiagem. Estima-se que 50% o uso de água potável no Brasil, seja proveniente de águas subterrâneas.

Com alta exploração desses corpos hídricos pelas empresas de fruticulturas e com a escassez de chuvas, o aquífero perde sua força de recarga, comprometendo os poços dos pequenos produtores, causando diminuição e perdas na produção. Confirmando contradição na distribuição desse recurso natural, pois de acordo com a Lei Nº 14.844 de 28 de dezembro de 2010.

Art. 3 “A Política Estadual de Recursos Hídricos atenderá aos seguintes princípios: I - o acesso à água deve ser um direito de todos, por tratar-se de um bem de uso

comum do povo, recurso natural indispensável à vida, à promoção social e ao desenvolvimento sustentável. Art.4º I - a prioridade do uso da água será o consumo humano e a dessedentação animal, ficando a ordem dos demais usos a ser definida pelo órgão gestor, ouvido o respectivo Comitê da Bacia Hidrográfica”.

Em relatórios publicados pela COGERH (2011), foram coletados e registrados princípios ativos de agrotóxicos na água subterrânea. Em consequência do uso de agrotóxicos nas produções agrícolas, que penetram no solo e são infiltrados pela ação das chuvas e também pela irrigação das plantações.

O uso de agrotóxico vem sendo utilizado com o intuito de expandir as produções agrícolas e gerar mais lucros. Em contrapartida, a utilização desse pesticida pode ocasionar sérios problemas na saúde do trabalhador rural, assim como também para quem mora próximo das áreas de cultivo e para quem consome o alimento, neste último, em longo prazo. Sendo esses danos caracterizados por intoxicações agudas, malformação congênita, câncer, doenças hepáticas e respiratórias, e entre outras complicações que podem levar a óbito (RIGOTTO, 2010).

Através da ausência do Estado diante das desigualdades sociais impostas pelo modelo econômico vigente, o capitalismo, os movimentos sociais e as comunidades da região deram continuidade à luta do líder comunitário José Maria Filho (Zé Maria do Tomé) que foi cruelmente assassinado a tiros no dia 21 de abril de 2010. Zé Maria reivindicava os direitos dos agricultores, lutando contra o agronegócio e o uso de agrotóxicos, denunciando as pulverizações, a contaminação das águas e as irregularidades nos perímetros irrigados da Chapada do Apodi⁴.

Em 05 de Maio de 2014 o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e as comunidades da Chapada ocuparam a segunda etapa do Perímetro Irrigado Jaguaribe/Apodí, para reivindicar seus direitos frente a ausência do Estado, diante da pobreza, escassez de água para sua reprodução no espaço rural.

A ocupação buscou inicialmente denunciar as empresas multinacionais instaladas nos trechos do perímetro irrigado Jaguaribe-Apodí, que de acordo com a Carta de apoio⁵ ao

⁴ Localiza-se entre os municípios de Limoeiro do Norte, Quixeré, Tabuleiro do Norte e Alto Santo no Ceará. É um aquífero formado por rochas carboníferas, fraturado devido a dissolução carbonato pela água, criando rios subterrâneos.

⁵ Carta de Reintegração de Posse.

Acampamento ZÉ Maria do Tomé⁶ o agronegócio tem sido implantado de forma irregular, por meio de grilagem (ABRASCO, 2017).

Em vista disso, os camponeses, juntos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, ocuparam a segunda etapa (já mencionada) com o apoio de várias entidades que acreditam na luta pelos menos favorecidos e esquecidos pela ação do Estado. Sendo algumas dessas entidades: MST-CE, Caritas Diocesana, Movimento 21, Central Sindical Popular (CSP), Conlutas, Universidade Estadual do Ceará (UECE), Universidade Federal do Ceará (UFC), Comunidades Rurais da Chapada do Apodi, entre outras.

Diante o exposto, o presente trabalho é resultado das atividades da Extensão do curso de Geografia com o projeto “Território, conflitos sócio-territoriais por terra e água no acampamento Zé Maria do Tomé, Chapada do Apodi (CE)”. O desenvolvimento do estudo conta com o apoio do Laboratório de Cartografia do curso de Geografia (LAGEO) e do Laboratório de estudo do campo (LECAMPO) do curso de pedagogia e parcerias com o Departamento de História junto ao programa de extensão universitária desenvolvido pela Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos, tendo por título Educação do Campo, Escola e Organização da Cultura: vivências e conhecimentos para a emancipação humana, integrando os cursos de História, Pedagogia e Geografia.

Assim, o objetivo geral desse estudo é busca investigar e mapear os conflitos socioterritoriais por terra e por água no acampamento Zé Maria do Tome, visando à demarcação e identificação dessas áreas em um território marcado por conflitos de interesses que envolvem uma rede de atores culturais (acampados, Governo Estadual, DNOCS e empresários do setor do agronegócio).

Para o alcance do objetivo deste trabalho, a metodologia utilizada foi realização de oficinas com grupo de acampados para saber o que eles entendem por território, focando na troca saberes na perspectiva do conhecimento e saberes geográfico. Juntamente com a realização de atividades de campo com os acampados percorrendo o seu território para verificar as áreas de conflitos socioterritoriais visando a sua espacialização, juntamente com apoio de equipamento GPS para coletar as coordenadas geográficas (latitude e longitude).

⁶ Em homenagem ao Líder comunitário José Maria Filho (Zé Maria do Tomé) assassinado a tiros por reivindicava os direitos dos agricultores e por lutar contra o agronegócio e o uso de agrotóxicos, denunciando as pulverizações na Chapada do Apodi.

Conhecendo e explorando o Território

A busca para conceituar o Território traz uma longa discussão, haja vista, que o Território não se restringe apenas a delimitação de áreas em escala nacional, estadual e municipal, vai muito além, pois o Território se constitui no espaço a partir das relações sociais e poder.

Para uma maior aproximação conceitual com conceito de Território, podemos compreender o território através de Souza como “*um espaço definido e delimitado por e a partir das relações de poder*” (SOUZA, 2013). Dessa forma, o Território é estabelecido pelas relações sociais, as quais atuam segundo intencionalidades já estabelecidas pelo poder.

Dentro da esfera territorial, nas mais diversas escalas, todas possuem em sua estrutura significados e identidade, mais precisamente: características econômicas, culturais, que distinguem e caracterizam o território, de forma a evidenciar o povo que ali habita e/ou até mesmo transita, como por exemplo, uma rua.

O território também se constitui a partir de vivências e de afetividade criada no lugar. No território vivenciam-se conflitos, enquanto processo de relações de enfrentamento permanente nas interpretações que objetivam as permanências e/ou as superações das classes sociais, grupos sociais, instituições, espaços e territórios (FERNANDES, 2008).

De acordo com Pontes et al (2013) as políticas de desenvolvimento agrícola nas regiões semiáridas do Brasil, ocorrem desde os anos de 1960. Sendo implantada pelos perímetros irrigados e fronteiras agrícolas. Desse modo, o Capital cria e redefine formas de se reproduzir no espaço agrário através da força de trabalho do camponês como posseiros, parceiros, rendeiros e outros.

O capital estrategicamente articula estas questões no campo, recria-se e define como se dão no espaço geográfico as relações sociais. Entende-se, portanto, que através da produção/reprodução do capital, da geração da mais-valia e da reprodução do trabalho humano ocorre a transformação do território. No campo brasileiro esse movimento capitalista possibilitou a industrialização da agricultura permitindo a apropriação da renda da terra. (OLIVEIRA, 2004 *apud* SANTOS, 2013, p.05).

Nas últimas décadas o agronegócio tem-se expandido na Chapada do Apodi, causando disputas por Terra e água, em consequência da irregularidade e disponibilidade de acesso e uso desses recursos. Estabelecendo assim, Territórios distintos, de um lado os grandes latifúndios e do outro os camponeses que lutam e resistem pelo direito de produzir e se reproduzir nesse espaço.

Os conflitos no campo brasileiro são resultados das lutas por terra, por água e pelos direitos trabalhistas. De modo que a violência vem crescendo e assustando os trabalhadores rurais em todo o país, segundo Oliveira (2016):

“No estado de Rondônia foram assassinadas 20 pessoas e no Pará 19. Entre os mortos estão indígenas, quilombolas, posseiros, sem terra, ambientalistas, trabalhadores rurais, lideranças, etc. As tentativas de assassinatos foram 59 e as ameaças de morte somaram 144. Conforme os registros de vítimas na tabela de violência contra a pessoa, 584 pessoas sofreram algum tipo de violência, o Pará continua sendo o estado com maior número de vítimas 25,3% (135), seguido de Rondônia com 21,3% (114), Mato Grosso do Sul com 11,8% (63), Maranhão com 7,3% (39), Goiás e Bahia com 6% (32), Tocantins e Minas Gerais com 4,3% (23), Paraíba com 3,4% (18), etc”.

Em consequência das desigualdades proveniente do período de colonização do Brasil, o campo sofre com conflitos de diferentes interesses. Aumentando o quadro de violência em consequência das disputas territoriais entre os donos do capital e os camponeses, ou comunidades rurais ou grupos tradicionais, como os índios e quilombolas.

Mesmo diante do processo de expansão capitalista no campo, o camponês tem resistido às desigualdades sociais impostas por esse sistema. Lutando pela posse da terra, como condição de sua sobrevivência e garantia de obter seu lugar em meio ao processo social, reivindicando seus direitos. Se mantendo e se reproduzindo através da agricultura familiar e da criação de pequeno porte, buscando suprir as necessidades básicas para a subsistência (Figuras 2 a 5) “Ocupar, Resistir e Produzir” (Lema do Acampamento).



Figura 02. Agricultor do acampamento Zé Maria do Tomé cuidando da Terra. Foto: autora, 2017



Figura 03. Pequena produção agrícola familiar no acampamento Zé Maria do Tomé. Foto: autora, 2017



Figura 04. Mulher acampada no acampamento Zé Maria do Tomé. Foto: autora, 2017



**Figura 05. Canal de adução de águas do rio Jaguaribe para as áreas agrícolas da Chapada do Apodi.
 Foto: autora, 2017**

Através do Programa de Extensão “Educação do campo, escola e organização da cultura: vivências e conhecimentos para a emancipação humana”, que ocorre no âmbito do Laboratório de Estudos da Educação do Campo (LECAMPO/FAFIDAM), coordenado pela Prof. Dra. Sandra Maria Gadelha de Carvalho, constituiu-se um trabalho interdisciplinar entre os cursos de Pedagogia, Geografia e História. O projeto da Geografia coordenado pela professora Maria Lucenir Jerônimo Chaves contribui com o estudo do Território a partir das relações de poder, visando entender os conflitos de Terra e Água no acampamento Zé Maria do Tomé.

Desse modo são agregados conhecimento acerca do conceito de Território, enfatizando a troca de saberes entre os pesquisadores e o grupo de acampados do acampamento Zé Maria do Tomé. Promovendo estudos e debates entre comunidade externa e a universidade, evidenciando as problemáticas, as lutas e as conquistas desse grupo social.

O conhecimento da realidade do grupo de acampados do acampamento Zé Maria do Tomé, proporciona o entendimento das relações de poder no campo brasileiro, na qual os camponeses lutam por uma pequena quantia de Terra para se reproduzir, em detrimento dos grandes campos destinados ao desenvolvimento do agronegócio.

A experiência no acampamento Zé Maria do Tomé possibilitou verificar o processo de ocupação dessa Terra, através da organização da divisão desse espaço entre as famílias assentadas. Em consequência dessa má distribuição de Terras e omissão do Estado diante das

injustiças sociais, surgem as lutas e os movimentos sociais, que buscam da voz e visibilidade ao povo que luta pelo direito a Terra e a água, e por uma sociedade menos desigual e injusta.

Atualmente o acampamento resiste com 105 famílias, ocupando a segunda etapa do Perímetro irrigado Jaguaribe/Apodi, delimitado o Território em 1.700 hectares entre as famílias que buscam o direito do acesso a Terra e água para o desenvolvimento da agricultura camponesa.

Os camponeses do acampamento Zé Maria do Tomé convivem com a incerteza da apropriação e posse Terra, nas áreas do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi, pertencente ao DNOCS (Departamento Nacional de Obras contra a seca). Em consequência das várias tentativas de reintegração dessa área por parte dos produtores do Projeto Irrigado Jaguaribe-Apodi (FAPIJA) em ação com o próprio DNOCS.

A ocupação da Terra pelas famílias da Chapada se deu de forma legítima, contudo, a FAPIJA ao lado do DNOCS conseguiu uma liminar em caráter de urgência para a expulsão das centenas de famílias em menos de quarenta e oito horas na área. Por outro lado, o DNOCS nada fez em relação ocupação ilegal das empresas que se apropriaram e apropriam de forma ilegal dessa Terra a décadas (ABRASCO, 2014).

Diante de tudo, a universidade UECE/FAFIDAM assim como outras instituições e movimentos sociais somaram-se as Lutas dos camponeses, apoiando e contribuindo com pesquisas e estudos acerca da região para o fortalecimento e resistência dos acampados no Território da Chapada.

Dessa forma o projeto de Geografia tenta contribuir com a construção do Mapa do Território como um instrumento de visibilidade e comprovação do uso e reprodução da Terra. O mapeamento do Território se diferencia da Cartografia tradicional que representa a superfície terrestre ou parte dela em diferentes tipos de mapas (Figura 06).

Para Acselrad e Coli (2008, p.13) “*o mapa é produto do esforço político, ao tentar representar recortes do mundo real, com o objetivo de descrevê-lo, defini-lo e, simbolicamente, possuí-lo*”. Os Mapas Oficiais são produzidos por órgãos governamentais e não trazem a descrição do território, a identidade ou as características dos povos dos que ali habitam.

O mapeamento do Território é construído entre os pesquisadores do grupo de extensão junto aos acampados, que reconhecem o seu espaço através das vivência e ocupação. Dessa forma, é realizado o levantamento das coordenadas geográficas (latitude e longitude)

através do uso de equipamento GPS, sendo esse o primeiro passo da oficina para construção do mapa.

Logo após serem coletados os dados das coordenadas, os acampados passam a descrever o Território através de croquis do espaço ocupado (Figura 07), expondo as principais características do local, como a divisão dos lotes entre as famílias, as pequenas culturas agrícolas nos quintais, as criações, o canal de adução das águas do Rio Jaguaribe e as áreas de convívio da comunidade.



Figura 06. Demarcação preliminar e legitimidade do Território no acampamento Zé Maria do Tomé. Elaboração: Mariana Navarro e Claudio Vieira, 2017.



Figura 07. Oficina de Território e Mapeamento realizada no acampamento Zé Marida Tomé. Foto: autora, 2017.

Durante a oficina os acampados mostraram-se empenhados em caracterizar e identificar elementos no Território, demonstrando a relevância do Mapeamento em destacar e evidenciar uso e a produção da Terra, assim como os conflitos entre as áreas de grande produção agrícolas (agronegócio). Além de evidenciar a legitimidade do Território ocupado.

Considerações Finais

Este trabalho se constitui das experiências com a Leitura e compreensão Território e suas múltiplas relações, sejam elas sociais, políticas e econômicas. Ressaltando e evidenciando o acampamento Zé Maria do Tomé em seu contexto de ocupação, resistência e luta pelo Território, através do mapeamento dos conflitos pelo acesso a água e uso da Terra.

Salientando as contradições produzidas pelo Capitalismo entre os camponeses e os donos do agronegócio gerando conflitos agrários, prejuízos ambientais e danos à saúde da população, revela-se a importância do conhecimento e mapeamento do Território para os acampados, servindo como um instrumento de luta e resistência frente ao Estado e ao modelo econômico vigente.

Desse modo, podemos concluir que o mapeamento do Território é de extrema relevância na luta do acampados na conquista da posse da Terra. Em razão de poder ser utilizado como instrumento de legitimidade do Território, como também de reivindicação dos direitos sociais e territoriais, além de exaltar a cultura e a identidade do Território. O acampamento Zé Maria do Tomé Ocupa, resiste e produzir!

O mapeamento propriamente dito será um dos resultados das atividades finais do Projeto de Extensão, com previsão finalização para dezembro de 2017. Nesse sentido, o mapeamento anteriormente citado, na Figura 06, encontra-se em fase preliminar, contudo pode-se observar que já existe uma demarcação e legitimidade do Território. Na qual, este instrumento será fundamental para contribuir com a luta dos acampados, na resistência e no reconhecimento diante do regime político e na afirmação no campo, terra e território.

Referências

ACSELRAD, H. & COLI, Luis R. Disputas Territoriais e Disputas Cartográficas. In: ACSELRAD, H. (org.). *Cartografias Sociais e Território*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2008. 167p.

ADAN, Melhem. Sergio Melhem. Expedições geográficas. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2015.
 ABRASCO. Carta de apoio ao acampamento Zé Maria do Tomé na 2ª etapa do perímetro irrigado Jaguaribe-Apodi (CE). Disponível em: <<https://www.abrasco.org.br/site/noticias/institucional/abrasco-assina-carta-de-apoio-ao-acampamento-ze-maria-do-tome-na-2a-etapa-do-perimetro-irrigado-jaguaribe-apodi-ce/3906/>> acesso 07/09/2017.

COGERH. Estudo de qualidade das águas subterrâneas da bacia potiguar, Ceará. Disponível em: <https://portal.cogerh.com.br/eixos-de-atuacao/estudos-e-projetos/aguas-subterraneas/projetos/category/140-relatorio-de-qualidade-de-agua-subterranea-apodi-2011.html> > acesso em 07/09/2017.

COSTA, Cleuton Almeida. Marcas da ocupação do solo na dinâmica fluvial no Médio-Baixo Jaguaribe-CE. 2009. 143f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2009.

FREITAS, Bernadete Maria Coêlho. Marcas do agronegócio no território da Chapada do Apodi. In: Raquel Rigotto. (Org.). *Agrotóxicos, trabalho e saúde: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no Baixo Jaguaribe/CE*. 1ªed. Fortaleza/São Paulo: Edições UFC/Expressão Popular, 2011, v. 1, p. 144-165.

FREITAS, Bernadete Maria Coêlho. *Marcas da Modernização da agricultura no Território do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi: uma nova face da atual reestruturação socioespacial do Ceará*. Fortaleza, 2010.

Diário Oficial do Estado. Lei nº 14.844, 28 de dezembro de 2010.

LIMA, M. V. C; COSTA, S. M. G. Cartografia social das crianças e adolescentes ribeirinhas/quilombolas da Amazônia. *Revista Geografares*, nº12, p.76-113, Julho, 2012.

MOTA, Maria Sarita. *Sesmarias e propriedade titulada da terra: o individualismo agrário na América Portuguesa*. João Pessoa: Revista de História, 2012.

OLIVEIRA, A. U. *Camponeses, indígenas e quilombolas em luta no campo: a barbárie continua*. *Conflitos no Campo Brasil*, v. 2015, p. 28-42, 2016.

PORTAL BRASIL. Colônia. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2010/01/colonia>> acesso em 04/09/2017.

RIGOTTO, Raquel Maria. *Agrotóxicos*. GESTA UFMG, 2010.

SANTOS, Ricardo M. A Unidade de Produção Familiar Camponesa como Território de Resistência à Reprodução do Capital no Campo. In: II encontro nacional e VII fórum estado,

capital, trabalho. A atual geopolítica mundial e a falácia do fim da crise, 2013, São Cristóvão - SE.

SOUZA, Marcelo Lopes. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: SOUZA, Suzane Tosta. A luta de classe no campo e a construção do território camponês. VI Simpósio Internacional e VI Simpósio Nacional de Geografia Agrária. João Pessoa, UFPA, 2011.

PONTES, Andrezza Graziella Veríssimo; GADELHA, Diego; FREITAS, Bernadete Maria Coêlho; RIGOTTO, Raquel Maria; FERREIRA, Marcelo José Monteiro. Os perímetros irrigados como estratégia geopolítica para o desenvolvimento do semiárido e suas implicações à saúde, ao trabalho e ao ambiente. *Ciência e Saúde coletiva* (Impresso), v. 18, p. 3213-3222, 2013.